ReGeo
ISSN: 2177-3246

EDUCAÇÃO INTEGRAL E PREVENÇÃO DE COMPORTAMENTOS ADITIVOS NA ESCOLA

COMPREHENSIVE EDUCATION AND PREVENTION OF ADDICTIVE BEHAVIORS AT SCHOOL

EDUCACIÓN INTEGRAL Y PREVENCIÓN DE CONDUCTAS ADICTIVAS EN LA ESCUELA

10.56238/revgeov17n3-039

Tarciso Nascimento Bezerra
Mestrando em Educação Física
Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Melquizedec Arcos Rodrigues
Doutor em Engenharia Mecânica
Instituição: Escola Superior de Tecnologia, Universidade Estadual do Amazonas (UEA)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2325389016838433

Inácia Oliveira de Azevedo
Especialização em Psicopedagogia
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1959448264262712

Lailton da Silva Freire
Doutorando em Geografia
Instituição: Universidade Estadual do Maranhão
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2001880280207190

Jones Alves de Oliveira
Mestrado em Educação e Teologia
Instituição: Emil Brunner World University (EBWU), Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9888382604764506

João Derli de Souza Santos
Doutor em Educação
Instituição: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2038786679748463

Francisco Cassiano Alves dos Santos
Mestre em Sistemas Agroindustriais
Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2032002219635069

ReGeo
ISSN: 2177-3246

Márcio Silva da Conceição
Doutor em Ciências Ambientais
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6178523977633290

Wilker Goncalves Melo
Especialização em Psicopedagogia e gestão escolar
Lattes: https://lattes.cnpq.br/7523833381002302

Gilmar Santos Batista
Pós graduação em metodologia e didática no ensino superior

RESUMO
Este estudo analisa a relação entre educação integral e prevenção de comportamentos aditivos no contexto escolar brasileiro. A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como a ampliação do tempo e das dimensões formativas pode contribuir para a redução de vulnerabilidades associadas ao uso de substâncias psicoativas entre adolescentes. O objetivo consiste em examinar possibilidades, limites e desafios dessa articulação, identificando estratégias preventivas compatíveis com propostas de educação integral. A metodologia caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada na análise interpretativa de produções científicas nacionais publicadas entre 2004 e 2025. Os resultados evidenciam que a educação integral configura-se como estratégia potente para o desenvolvimento de fatores protetivos quando implementada com intencionalidade pedagógica e suporte institucional. A literatura converge ao reconhecer que programas preventivos baseados em habilidades de vida, participação estudantil e intersetorialidade apresentam maior efetividade. Os desafios incluem fragilidades na formação docente, precarização das condições de trabalho e distância entre conhecimento científico e práticas escolares. A pesquisa conclui que a consolidação da educação integral como estratégia preventiva demanda investimento público sustentado, coordenação intersetorial e compromisso político de longo prazo.

Palavras-chave: Educação Integral. Prevenção de Comportamentos Aditivos. Políticas Públicas Educacionais. Adolescência.

ABSTRACT
This study analyzes the relationship between full-time education and prevention of addictive behaviors in the Brazilian school context. The research is justified by the need to understand how expanding time and formative dimensions can contribute to reducing vulnerabilities associated with the use of psychoactive substances among adolescents. The objective consists of examining possibilities, limits and challenges of this articulation, identifying preventive strategies compatible with full-time education proposals. The methodology is characterized as bibliographic research with qualitative approach, based on interpretative analysis of national scientific productions published between 2004 and 2025. The results show that full-time education configures itself as a powerful strategy for the development of protective factors when implemented with pedagogical intentionality and institutional support. The literature converges in recognizing that preventive programs based on life skills, student participation and intersectoriality present greater effectiveness. The challenges include weaknesses in teacher training, precarious working conditions and distance between scientific knowledge and school practices. The research concludes that the consolidation of full-time education as a preventive strategy demands sustained public investment, intersectoral coordination and long-term political commitment.

Keywords: Full-Time Education. Prevention of Addictive Behaviors. Educational Public Policies. Adolescence.

RESUMEN
Este estudio analiza la relación entre la educación integral y la prevención de conductas adictivas en el contexto escolar brasileño. La investigación se justifica por la necesidad de comprender cómo la ampliación del tiempo y las dimensiones de la educación puede contribuir a reducir las vulnerabilidades asociadas al consumo de sustancias psicoactivas en adolescentes. El objetivo es examinar las posibilidades, limitaciones y desafíos de esta articulación, identificando estrategias preventivas compatibles con las propuestas de educación integral. La metodología se caracteriza por una investigación bibliográfica con un enfoque cualitativo, basada en el análisis interpretativo de la producción científica nacional publicada entre 2004 y 2025. Los resultados muestran que la educación integral es una estrategia poderosa para el desarrollo de factores de protección cuando se implementa con intencionalidad pedagógica y apoyo institucional. La literatura coincide en reconocer que los programas preventivos basados en habilidades para la vida, la participación estudiantil y la intersectorialidad son más eficaces. Los desafíos incluyen deficiencias en la formación docente, condiciones laborales precarias y una brecha entre el conocimiento científico y las prácticas escolares. La investigación concluye que la consolidación de la educación integral como estrategia preventiva exige inversión pública sostenida, coordinación intersectorial y un compromiso político a largo plazo.

Palabras clave: Educación Integral. Prevención de Conductas Adictivas. Políticas Públicas Educativas. Adolescencia.

1 INTRODUÇÃO

A ampliação do tempo escolar através da educação integral representa uma reconfiguração paradigmática do papel da escola na formação de crianças e adolescentes, transcendendo a dimensão cognitiva para incorporar o desenvolvimento socioemocional, ético e relacional dos estudantes. Neste contexto, a instituição educacional assume responsabilidades que extrapolam a transmissão de conteúdos curriculares, posicionando-se como espaço privilegiado para a construção de fatores protetivos que minimizem vulnerabilidades associadas aos comportamentos de risco. Entre tais vulnerabilidades, destaca-se o uso precoce e abusivo de substâncias psicoativas, fenômeno que afeta progressivamente a população adolescente brasileira e compromete trajetórias de desenvolvimento saudável.

O consumo de álcool, tabaco e outras drogas na adolescência configura problema multifatorial que articula dimensões biológicas, psicológicas e socioculturais. A escola, enquanto ambiente de convivência prolongada e sistemática, torna-se locus estratégico para ações preventivas. Moreira, Vóvio e Micheli (2015, p. 120) afirmam que "a escola constitui espaço privilegiado para a promoção de saúde e prevenção do uso de substâncias psicoativas", reconhecendo a potencialidade desse espaço formativo. A literatura especializada evidencia que intervenções escolares baseadas em habilidades socioemocionais apresentam resultados superiores àquelas centradas exclusivamente em informações biomédicas ou ameaças punitivas.

As representações sociais que educadores constroem acerca do fenômeno aditivo repercutem diretamente na qualidade e efetividade das ações preventivas implementadas. Araldi, Njaine e Oliveira (2012, p. 136) sinalizam que "as representações sociais dos professores influenciam as práticas pedagógicas de prevenção ao uso de drogas", evidenciando a necessidade de formação continuada que qualifique docentes para abordagens dialógicas e contextualizadas. Tal constatação aponta para a insuficiência de modelos informativos tradicionais, exigindo pedagogias participativas que reconheçam os adolescentes como sujeitos ativos na construção de conhecimentos sobre saúde.

A intersetorialidade entre educação e saúde emerge como estratégia indispensável para o enfrentamento do uso abusivo de substâncias no ambiente escolar. Pedroso e Abreu (2015, p. 94) destacam que "a articulação entre profissionais da saúde e educação potencializa as ações preventivas", reconhecendo que nenhum setor isoladamente detém recursos suficientes para lidar com a complexidade do fenômeno. Experiências bem-sucedidas demonstram que programas intersetoriais promovem abordagens mais abrangentes e sustentáveis, integrando saberes técnicos e pedagógicos na construção de ambientes escolares protetivos.

O papel da escola na prevenção ao uso de substâncias psicoativas reveste-se de especificidade quando direcionado ao Ensino Fundamental, período crucial para o desenvolvimento de competências socioemocionais. Silva (2016, p. 31) argumenta que "a escola pode atuar preventivamente desde os

anos iniciais, fortalecendo vínculos e desenvolvendo habilidades protetivas", ratificando a necessidade de intervenções precoces que antecedem o contato experimental com drogas. A educação integral, ao proporcionar maior permanência escolar, amplia as oportunidades para o desenvolvimento sistemático dessas competências.

Este estudo analisa a relação entre educação integral e prevenção de comportamentos aditivos no contexto escolar brasileiro, investigando como a ampliação do tempo e das dimensões formativas pode contribuir para a redução de vulnerabilidades associadas ao uso de substâncias psicoativas. O objetivo geral consiste em examinar as possibilidades e limites da educação integral como estratégia preventiva aos comportamentos aditivos na escola. Os objetivos específicos incluem: identificar os fundamentos teóricos que sustentam a relação entre educação integral e prevenção ao uso de drogas; mapear estratégias pedagógicas preventivas compatíveis com propostas de educação integral; analisar experiências de articulação intersetorial entre educação e saúde no contexto escolar; discutir os desafios enfrentados por educadores na implementação de ações preventivas.

A estrutura do trabalho organiza-se em cinco seções. Após esta introdução, o referencial teórico apresenta os conceitos de educação integral, comportamentos aditivos e estratégias preventivas baseadas em evidências. A metodologia explicita os procedimentos de revisão bibliográfica adotados. Os resultados e discussão dialogam com as produções acadêmicas recentes, articulando teoria e práticas documentadas. As considerações finais sintetizam os achados, apontam limitações e sugerem direcionamentos para futuras investigações.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, orientada pela análise interpretativa de produções científicas que investigam a relação entre educação integral e prevenção de comportamentos aditivos no contexto escolar brasileiro. A natureza qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender processos, significados e dinâmicas institucionais que configuram as práticas preventivas, transcendendo abordagens quantitativas que priorizariam exclusivamente mensurações estatísticas. Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, buscando mapear o estado da arte sobre a temática e identificar lacunas, tendências e contribuições teóricas relevantes.

O corpus documental foi constituído mediante busca sistemática em bases de dados científicas nacionais e internacionais, incluindo SciELO, Portal de Periódicos CAPES, Google Acadêmico e repositórios institucionais de universidades brasileiras. Os descritores utilizados combinaram termos como "educação integral", "prevenção", "comportamentos aditivos", "drogas", "escola", "adolescência" e "políticas públicas", articulados mediante operadores booleanos para refinamento dos resultados. Estabeleceram-se como critérios de inclusão: publicações em língua portuguesa, artigos

revisados por pares, dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação stricto sensu, recorte temporal prioritariamente entre 2004 e 2025, abordagem explícita da relação entre ambiente escolar e prevenção ao uso de substâncias psicoativas.

Os desafios enfrentados pelas estratégias preventivas no contexto educacional brasileiro decorrem tanto de limitações estruturais quanto de insuficiências formativas dos profissionais envolvidos. Loureiro e Queiroz (2018) problematizam as dificuldades relacionadas à implementação de programas preventivos efetivos, destacando obstáculos como fragmentação das políticas públicas, descontinuidade administrativa e resistências institucionais. Tais elementos comprometem a sustentabilidade das ações, resultando em intervenções pontuais que não produzem transformações duradouras. A análise desses desafios contribui para a compreensão das condições necessárias à efetividade das práticas preventivas em ambientes escolares.

O desenvolvimento de habilidades de vida emerge na literatura como estratégia preventiva consolidada internacionalmente, fundamentada em evidências científicas robustas. Paiva e Rodrigues (2008) apresentam o modelo de habilidades de vida como abordagem educativa que promove competências socioemocionais protetivas, incluindo resolução de problemas, pensamento crítico, comunicação efetiva e manejo de emoções. Programas estruturados nessa perspectiva demonstram resultados superiores àqueles centrados exclusivamente em informações sobre substâncias ou ameaças punitivas, ratificando a necessidade de pedagogias participativas que reconheçam os adolescentes como protagonistas na construção de conhecimentos sobre saúde e autocuidado.

A redução de danos constitui paradigma ético e metodológico que reorienta práticas preventivas, superando lógicas proibicionistas e moralistas historicamente hegemônicas. Batista e Vasconcelos (2019) analisam experiências formativas baseadas nessa perspectiva, evidenciando que abordagens centradas na diminuição de riscos e na promoção de autonomia apresentam maior efetividade do que estratégias de abstinência absoluta. A incorporação da redução de danos no contexto educacional demanda transformações culturais e formativas, exigindo desconstrução de estigmas e desenvolvimento de competências relacionais por parte dos educadores. Tal perspectiva alinha-se aos princípios da educação integral, que preconiza formação humanizadora e respeito às singularidades dos sujeitos.

A identificação de fatores de risco e proteção constitui etapa metodológica fundamental para o planejamento de intervenções preventivas contextualizadas e efetivas. Cardoso, Santos e Thomas (2013) investigam o conhecimento de estudantes sobre esses fatores, revelando que a compreensão clara dos elementos que aumentam ou diminuem vulnerabilidades ao uso de substâncias favorece a construção de estratégias de autocuidado. Ambientes familiares estruturados, vínculos escolares positivos, participação em atividades extracurriculares e acesso a informações qualificadas configuram-se como fatores protetivos. Inversamente, exposição precoce a situações de violência,

fragilidade de vínculos afetivos, baixo desempenho escolar e influência de pares que fazem uso de drogas constituem fatores de risco relevantes.

Os procedimentos analíticos adotados fundamentaram-se na análise de conteúdo temática, técnica que possibilita identificar, categorizar e interpretar núcleos de sentido presentes nos textos selecionados. Operacionalmente, realizou-se leitura exploratória do material coletado, seguida de leitura analítica orientada pelos objetivos da pesquisa. Posteriormente, procedeu-se à categorização temática, agrupando os conteúdos segundo eixos analíticos: fundamentos conceituais da educação integral, caracterização dos comportamentos aditivos na adolescência, estratégias preventivas baseadas em evidências, desafios da intersetorialidade entre saúde e educação, experiências de implementação de programas preventivos no Brasil.

A interpretação dos dados privilegiou o diálogo crítico entre os diferentes autores, identificando convergências, divergências e lacunas nas produções analisadas. Buscou-se compreender como a literatura especializada articula os conceitos de educação integral e prevenção de comportamentos aditivos, quais fundamentos teóricos sustentam essa articulação e quais evidências empíricas corroboram ou questionam tais perspectivas. A abordagem qualitativa permitiu apreender nuances, contradições e potencialidades que abordagens exclusivamente quantitativas dificilmente capturariam, favorecendo compreensão aprofundada do fenômeno investigado.

Quanto aos aspectos éticos, embora se trate de pesquisa bibliográfica que não envolve seres humanos diretamente, observaram-se rigorosamente os princípios de integridade acadêmica, citando adequadamente todas as fontes consultadas e evitando qualquer forma de plágio ou distorção das ideias originais dos autores. A transparência metodológica aqui apresentada visa possibilitar a replicabilidade do estudo e o diálogo crítico com outros pesquisadores interessados na temática. Reconhecem-se como limitações metodológicas a restrição ao idioma português, que pode ter excluído contribuições internacionais relevantes, e o recorte temporal que priorizou produções recentes, eventualmente omitindo referências históricas fundacionais.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
SOLDERA, M.; DALGALARRONDO, P.	Uso de drogas psicotrópicas por estudantes: prevalência e fatores sociais associados	2004	Apresenta dados epidemiológicos sobre prevalência do uso de substâncias entre estudantes brasileiros, identificando correlações entre vulnerabilidades sociais, contexto familiar e iniciação precoce ao consumo de drogas. Estabelece bases empíricas para compreensão dos fatores de risco associados ao uso de psicotrópicos na adolescência.
PAIVA, F. S.; RODRIGUES, M. C.	Habilidades de vida: uma estratégia preventiva ao consumo de substâncias psicoativas no contexto educativo	2008	Fundamenta teoricamente o modelo de habilidades de vida como estratégia preventiva efetiva, enfatizando o desenvolvimento de competências socioemocionais (resolução de problemas, pensamento crítico, manejo emocional) como alternativa superior a abordagens exclusivamente informativas ou punitivas.

ARALDI, J. C.; NJAINE, K.; OLIVEIRA, M. C.	Representações sociais de professores sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas na adolescência: repercussões nas ações de prevenção na escola	2012	Investiga as representações sociais de educadores sobre o fenômeno aditivo, evidenciando que concepções docentes influenciam diretamente a qualidade e efetividade das práticas preventivas. Aponta a necessidade de formação continuada para superação de estigmas e promoção de abordagens dialógicas.
CARDOSO, L. S.; SANTOS, M. V. F.; THOMAS, C. L.	Fatores de risco e proteção para o consumo de drogas: conhecimento de estudantes de uma escola pública	2013	Mapeia a compreensão de estudantes sobre fatores de risco (exposição à violência, fragilização de vínculos) e fatores protetivos (suporte familiar, vínculos escolares positivos, participação em atividades extracurriculares). Demonstra que o conhecimento claro desses elementos favorece estratégias de autocuidado.
ALBERTANI, H. M. B.; SODELLI, M.	Drogas e educação: a escola (real) e a prevenção (possível)	2014	Problematiza a distância entre prescrições normativas e condições concretas de trabalho docente, analisando como precarização, massificação e intensificação de demandas burocráticas limitam a efetividade das intervenções preventivas. Defende reconfiguração das políticas educacionais para viabilizar ações preventivas sustentáveis.
MOREIRA, A.; VÓVIO, C. L.; MICHELI, D. D.	Prevenção ao consumo abusivo de drogas na escola: desafios e possibilidades para a atuação do educador	2015	Analisa desafios enfrentados por educadores na implementação de ações preventivas, destacando a escola como espaço privilegiado para promoção de saúde. Identifica obstáculos estruturais e formativos que comprometem a qualidade das intervenções, propondo caminhos para superação.
PEDROSO, R. T.; ABREU, S.	Aprendizagens da intersetorialidade entre saúde e educação na prevenção do uso de álcool e outras drogas	2015	Documenta experiências de articulação intersetorial entre profissionais da saúde e educação, evidenciando que parcerias colaborativas potencializam recursos e favorecem abordagens preventivas mais abrangentes e contextualizadas. Discute aprendizagens e desafios dessa integração.
PERES, G. M.; GRIGOLO, T. M.; SCHNEIDER, D. R.	Percepções sobre um programa de prevenção ao uso de drogas nas escolas para o desenvolvimento de habilidades de vida	2015	Avalia percepções de educadores sobre programa preventivo estruturado em habilidades de vida, constatando reconhecimento da pertinência metodológica, mas apontando dificuldades operacionais (sobrecarga, insuficiência formativa, fragilidade intersetorial) que comprometem a sustentabilidade das ações.
SILVA, M. C. A.	O papel da escola nas ações preventivas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas por alunos do Ensino Fundamental I	2016	Examina o papel da escola na prevenção precoce ao uso de substâncias, enfatizando a importância de intervenções desde os anos iniciais do Ensino Fundamental. Argumenta que o fortalecimento de vínculos e desenvolvimento de habilidades protetivas devem antecipar o contato experimental com drogas.
PEREIRA, A. P. D.; PAES, Â. T.; SANCHEZ, Z. M.	Fatores associados à implantação de programas de prevenção ao uso de drogas nas escolas	2016	Identifica que apenas 35% dos programas escolares de prevenção utilizam metodologias baseadas em evidências científicas, revelando defasagem entre conhecimento produzido e práticas implementadas. Analisa fatores que facilitam ou obstaculizam a adoção de programas efetivos.
LOPES, J.	Avaliação do processo de implementação de programa de prevenção escolar do uso de drogas na percepção dos professores participantes	2016	Avalia processo de implementação de programa preventivo sob perspectiva docente, constatando que continuidade, apoio institucional e integração curricular constituem fatores determinantes para o sucesso. Programas pontuais e desarticulados apresentam resultados inexpressivos.
PERES, G. M.; GRIGOLO, T. M.; SCHNEIDER, D. R.	Desafios da intersetorialidade na implementação de Programa de Prevenção ao Uso Abusivo de Drogas	2017	Analisa obstáculos estruturais, formativos e organizacionais enfrentados na implementação de programas preventivos intersetoriais. Aponta fragmentação setorial como elemento que dificulta

			continuidade e sustentabilidade das ações, propondo institucionalização de práticas colaborativas.
KNEVITZ, M. F.; BÉRIA, J. U.; SCHERMANN, L. B.	Educação preventiva ao abuso de drogas em escolas públicas num município do Sul do Brasil	2018	Mapeia presença da temática álcool e outras drogas nos currículos escolares (57,5% das escolas), evidenciando incorporação parcial. Argumenta que presença curricular não garante efetividade, sendo fundamental analisar abordagens pedagógicas adotadas.
LOUREIRO, W.; QUEIROZ, P. P.	Desafios da prevenção ao uso de álcool, tabaco e drogas ilícitas: um estudo de revisão	2018	Revisa literatura sobre desafios preventivos, destacando limitações estruturais (fragmentação de políticas públicas, descontinuidade administrativa) e insuficiências formativas que comprometem sustentabilidade das ações. Propõe caminhos para superação.
BATISTA, C. B.; VASCONCELOS, M. P. N.	A educação permanente em redução de danos: experiência do Curso de Atenção Psicossocial em Álcool e outras Drogas	2019	Analisa experiência formativa baseada no paradigma de redução de danos, evidenciando que abordagens centradas na diminuição de riscos e promoção de autonomia apresentam maior efetividade que estratégias de abstinência absoluta. Defende desconstrução de estigmas e transformações culturais.
AMARAL, M. O. P.; SILVA, D. M.; COSTA, M. G. A.	ProMenteSã: Formação de professores para promoção da saúde mental na escola	2020	Documenta programa formativo que capacita docentes para identificar sinais de sofrimento psíquico, acolher demandas emocionais e encaminhar casos especializados. Evidencia que educadores sentem-se mais seguros após processos formativos sistemáticos.
RIBAS, A. L.; SOUZA, D. C.; SILVA, T. A.; LEMOS, S. M.	Fatores de risco e proteção ao uso e abuso de álcool e outras drogas segundo adolescentes de uma escola de Manaus	2020	Investiga percepções de adolescentes sobre fatores de risco e proteção, identificando que ambientes escolares acolhedores, respeitosos e participativos são percebidos como protetivos, enquanto contextos autoritários potencializam vulnerabilidades.
CAPELARIO, E. F. S.; SILVA, A. C. R.; SILVA, F. R. A.	Relação do Programa Saúde na Escola (PSE) com a promoção da qualidade de vida e educação integral: Revisão integrativa de literatura	2022	Examina articulação entre PSE e educação integral, evidenciando que o programa articula ações de saúde e educação voltadas à prevenção de agravos e promoção da qualidade de vida. Reconhece escola como espaço estratégico para intervenções sanitárias intersetoriais.
BARBOSA, V. N. M.; LAVOR FILHO, T. L.	Revisão Sistemática: Prevenções ao Uso Abusivo de Drogas no Contexto Escolar Brasileiro	2022	Sistematiza literatura nacional sobre prevenção escolar ao uso de drogas, identificando avanços metodológicos (privilegiamento de estratégias participativas e baseadas em evidências), mas também persistência de abordagens pouco efetivas e distância entre conhecimento científico e práticas concretas.
ABRÃO, L. C.; DINIZ, R.; MIGLIORINI, S. R. O.	Fatores de risco e de proteção psicossociais em relação ao uso e abuso de drogas na adolescência: uma revisão integrativa	2025	Sistematiza resultados de pesquisas recentes sobre fatores psicossociais associados ao uso de drogas, identificando que combinação de vulnerabilidades individuais com fragilização de vínculos potencializa riscos, enquanto fatores protetivos robustos atenuam significativamente tais riscos.

Fonte: Elaboração do próprio autor (2026)

A tabela de referências apresentada constitui instrumento analítico que transcende a função meramente descritiva de catalogação bibliográfica, configurando-se como mapeamento estratégico da produção científica nacional sobre educação integral e prevenção de comportamentos aditivos nas últimas duas décadas.

A organização cronológica das 19 obras selecionadas (2004-2025) permite visualizar a evolução conceitual e metodológica do campo, evidenciando a transição de abordagens exclusivamente epidemiológicas e informativas para perspectivas fundamentadas em evidências,

centradas no desenvolvimento de habilidades socioemocionais e na articulação intersetorial entre saúde e educação. A síntese das contribuições específicas de cada autor demonstra o adensamento teórico progressivo da área, identificando consolidações conceituais como a efetividade das habilidades de vida e da redução de danos e lacunas persistentes, particularmente no que tange à formação docente, institucionalização de práticas preventivas e superação da fragmentação entre políticas públicas. Este mapeamento sistemático fundamentou as escolhas metodológicas da pesquisa, orientou a construção do referencial teórico e possibilitou o diálogo crítico com diferentes perspectivas analíticas, conferindo robustez científica e legitimidade acadêmica ao estudo desenvolvido.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação integral constitui concepção pedagógica que ultrapassa a mera extensão da jornada escolar, configurando-se como projeto formativo que articula múltiplas dimensões do desenvolvimento humano. Historicamente, esse conceito articula-se às tradições pedagógicas progressistas que reconhecem a indissociabilidade entre formação intelectual, corporal, social e afetiva. No contexto brasileiro contemporâneo, políticas públicas como o Programa Mais Educação e o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral buscaram operacionalizar essa perspectiva, ampliando oportunidades formativas mediante atividades diversificadas que complementam o currículo formal. A educação integral pressupõe reorganização de tempos, espaços e práticas pedagógicas orientadas para a formação de sujeitos autônomos, críticos e socialmente responsáveis.

O Programa Saúde na Escola representa marco institucional da articulação intersetorial voltada à promoção da saúde no ambiente educativo. Capelario, Silva e Silva (2022, p. 6) afirmam que "o PSE articula ações de saúde e educação voltadas à prevenção de agravos e promoção da qualidade de vida", evidenciando o reconhecimento governamental da escola como espaço estratégico para intervenções sanitárias. Tal programa preconiza ações colaborativas entre equipes de saúde da família e profissionais da educação, contemplando temas como prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas. A integração entre esses setores potencializa recursos materiais, humanos e simbólicos, favorecendo abordagens preventivas mais abrangentes e contextualizadas.

Os comportamentos aditivos na adolescência configuram fenômeno complexo que articula fatores biológicos, psicológicos e socioculturais. A neurociência contemporânea demonstra que o córtex pré-frontal, responsável pelo controle inibitório e tomada de decisões, encontra-se em processo maturacional durante a adolescência, tornando essa faixa etária particularmente vulnerável a comportamentos impulsivos e experimentações. Concomitantemente, fatores psicossociais como pressão grupal, busca por aceitação, curiosidade e enfrentamento de estressores contribuem para o início do uso de substâncias. A literatura especializada reconhece a interação dinâmica entre fatores de

risco e fatores protetivos na determinação de trajetórias desenvolvimentais, destacando o papel preventivo de ambientes estruturados e afetivamente seguros.

As estratégias preventivas baseadas em evidências contrastam radicalmente com abordagens tradicionais centradas em informação biomédica ou intimidação. Pereira, Paes e Sanchez (2016, p. 3) sinalizam que "apenas 35% dos programas escolares de prevenção utilizam metodologias baseadas em evidências científicas", revelando defasagem preocupante entre conhecimento produzido e práticas implementadas. Programas efetivos caracterizam-se pela promoção de habilidades socioemocionais, desenvolvimento de competências para tomada de decisões, fortalecimento de vínculos afetivos e participação ativa dos estudantes. Abordagens participativas superam modelos verticais, reconhecendo os adolescentes como protagonistas na construção de saberes sobre saúde e autocuidado.

A implementação de programas preventivos no contexto escolar enfrenta obstáculos estruturais, formativos e organizacionais. Peres, Grigolo e Schneider (2017, p. 870) destacam que "a fragmentação setorial dificulta a continuidade e sustentabilidade das ações preventivas", apontando para a necessidade de institucionalização de práticas intersetoriais que transcendam iniciativas episódicas. A rotatividade docente, a sobrecarga de trabalho, a insuficiência de formação específica e a ausência de suporte técnico comprometem a qualidade das intervenções. A superação desses desafios demanda investimento em formação continuada, fortalecimento de redes intersetoriais e criação de condições materiais e institucionais que viabilizem ações preventivas sistemáticas e qualificadas.

A educação preventiva ao abuso de drogas em escolas públicas brasileiras revela disparidades regionais, metodológicas e conceituais. Knevitz, Béria e Schermann (2018, p. 190) evidenciam que "57,5% das escolas possuíam o tema álcool e outras drogas em seus currículos", demonstrando incorporação parcial da temática nos projetos pedagógicos. Contudo, a presença curricular não garante efetividade, sendo fundamental analisar as abordagens pedagógicas adotadas. Escolas que desenvolvem projetos participativos, articulam saberes disciplinares e extracurriculares e promovem ambientes acolhedores apresentam resultados mais expressivos na prevenção de comportamentos de risco. A educação integral, ao ampliar o tempo de permanência e diversificar experiências formativas, cria condições favoráveis para o desenvolvimento de competências protetivas.

A formação docente emerge como elemento determinante para a qualidade das ações preventivas. Professores necessitam de subsídios teóricos, metodológicos e emocionais para abordar temáticas sensíveis como uso de drogas, saúde mental e relações interpessoais. Cursos de formação inicial frequentemente negligenciam conteúdos relacionados à promoção da saúde, resultando em profissionais inseguros e despreparados para lidar com situações concretas. Programas de educação permanente que integram profissionais da saúde e educação fortalecem competências técnicas e relacionais, favorecendo abordagens dialógicas e fundamentadas em evidências. A intersetorialidade

formativa contribui para a desconstrução de estigmas, promoção de práticas acolhedoras e construção coletiva de estratégias preventivas contextualizadas.

A articulação entre educação integral e prevenção de comportamentos aditivos fundamenta-se no pressuposto de que ambientes escolares acolhedores, estruturados e ricos em oportunidades formativas funcionam como fatores protetivos. A ampliação do tempo escolar possibilita o desenvolvimento de projetos longitudinais, acompanhamento individualizado e fortalecimento de vínculos entre estudantes e educadores. Atividades artísticas, esportivas, culturais e comunitárias promovem pertencimento, autoestima e reconhecimento social, elementos centrais na prevenção ao uso abusivo de substâncias. A educação integral, quando implementada com intencionalidade pedagógica e suporte institucional, configura-se como estratégia potente para a construção de trajetórias desenvolvimentais saudáveis e a redução de vulnerabilidades associadas aos comportamentos aditivos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura especializada revela que o uso de substâncias psicoativas entre estudantes brasileiros apresenta prevalências preocupantes, demandando respostas institucionais coordenadas e fundamentadas cientificamente. Os dados epidemiológicos compilados por Soldera e Dalgalarrondo (2004) evidenciam associação entre vulnerabilidades sociais, fragilização de vínculos familiares e iniciação precoce no consumo de álcool e outras drogas. A escola emerge nesses estudos não apenas como espaço de detecção de situações de risco, mas fundamentalmente como ambiente potencial para o desenvolvimento de competências protetivas que atenuem tais vulnerabilidades. Os resultados sugerem que intervenções focalizadas exclusivamente em informação sobre substâncias apresentam efetividade limitada, sendo necessário investir em abordagens que fortaleçam dimensões socioemocionais e relacionais dos estudantes.

As percepções de professores acerca de programas preventivos constituem indicador relevante para avaliar a viabilidade e sustentabilidade das ações implementadas. Peres, Grigolo e Schneider (2015) documentam que educadores reconhecem a pertinência das propostas baseadas em habilidades de vida, mas apontam dificuldades operacionais relacionadas à sobrecarga de trabalho, insuficiência de formação específica e fragilidade das articulações intersetoriais. Tais constatações sinalizam que a efetividade dos programas depende não apenas de qualidade metodológica, mas sobretudo de condições institucionais que viabilizem sua implementação adequada. A formação continuada emerge como demanda recorrente, sugerindo que os currículos de licenciaturas não preparam suficientemente os futuros docentes para lidar com temáticas relacionadas à promoção da saúde e prevenção de comportamentos de risco.

A avaliação de processos de implementação de programas preventivos permite identificar elementos facilitadores e obstaculizadores da ação educativa. Lopes (2016) investiga a percepção docente sobre programa estruturado de prevenção escolar ao uso de drogas, constatando que a continuidade das ações, o apoio institucional e a integração curricular constituem fatores determinantes para o sucesso das intervenções. Professores relatam que programas pontuais, dissociados do projeto pedagógico e implementados sem preparação adequada, tendem a produzir resultados inexpressivos. Inversamente, propostas articuladas longitudinalmente, que permeiam diferentes componentes curriculares e recebem suporte técnico sistemático, demonstram maior potencial transformador. Tais achados ratificam a necessidade de institucionalização das práticas preventivas, superando lógicas de projetos isolados.

A tensão entre a escola real e a prevenção possível constitui eixo analítico relevante para compreender os limites e possibilidades das ações educativas preventivas. Albertani e Sodelli (2014) problematizam a distância entre prescrições normativas e condições concretas de trabalho docente, argumentando que propostas preventivas excessivamente idealizadas desconsideram as complexidades cotidianas das instituições escolares. A precarização das condições de trabalho, a massificação das turmas, a intensificação das demandas burocráticas e a fragilização dos vínculos entre escola e comunidade configuram obstáculos estruturais que limitam a efetividade das intervenções. A superação desses desafios requer transformações que extrapolam iniciativas pedagógicas isoladas, demandando reconfiguração das políticas educacionais e valorização profissional dos educadores.

A formação de professores para promoção da saúde mental na escola representa estratégia que articula prevenção de comportamentos aditivos a abordagens mais abrangentes de cuidado psicossocial. Amaral, Silva e Costa (2020) analisam programa formativo que capacita docentes para identificar sinais de sofrimento psíquico, acolher demandas emocionais e encaminhar casos que requerem atenção especializada. Os resultados indicam que educadores sentem-se mais seguros e competentes para lidar com situações complexas após participarem de processos formativos sistemáticos. Tal constatação reforça a compreensão de que a prevenção ao uso de drogas não pode ser dissociada de estratégias mais amplas de promoção de saúde mental, reconhecendo a multidimensionalidade dos fatores que influenciam o bem-estar adolescente.

As revisões sistemáticas sobre prevenção ao uso abusivo de drogas no contexto escolar brasileiro revelam avanços metodológicos, mas também persistências de abordagens pouco efetivas. Barbosa e Lavor Filho (2022) identificam que a literatura nacional privilegia progressivamente estratégias participativas, intersetoriais e baseadas em evidências, em detrimento de modelos repressivos ou exclusivamente informativos. Contudo, a implementação concreta dessas abordagens encontra resistências institucionais, culturais e políticas que dificultam sua disseminação. A distância entre conhecimento científico acumulado e práticas efetivamente adotadas configura lacuna que

compromete a qualidade das ações preventivas. A superação dessa lacuna demanda esforços coordenados de formação, comunicação científica acessível e fortalecimento de redes colaborativas entre universidades, escolas e serviços de saúde.

Os fatores de risco e proteção identificados por adolescentes em contextos escolares fornecem elementos valiosos para o planejamento de intervenções contextualizadas. Ribas *et al.* (2020) documentam que estudantes reconhecem a escola como espaço potencialmente protetivo quando percebem relações respeitosas, oportunidades de protagonismo e acolhimento institucional. Inversamente, ambientes escolares caracterizados por autoritarismo, violências simbólicas e distanciamento afetivo tendem a ser percebidos como fatores de risco. Tais percepções evidenciam que a qualidade das relações interpessoais e o clima institucional exercem influência determinante sobre as escolhas comportamentais dos adolescentes. A educação integral, ao propor reorganização de tempos e práticas pedagógicas, cria condições favoráveis para o estabelecimento de vínculos mais significativos e ambientes mais acolhedores.

A compreensão dos fatores psicossociais associados ao uso e abuso de drogas na adolescência exige análises que articulem dimensões individuais, relacionais e contextuais. Abrão, Diniz e Migliorini (2025) sistematizam resultados de pesquisas recentes, identificando que a combinação de vulnerabilidades individuais (baixa autoestima, dificuldades de regulação emocional) com contextos de fragilização de vínculos familiares e escolares potencializa riscos. Contudo, a presença de fatores protetivos robustos, tais como suporte familiar consistente, inserção em atividades comunitárias e desempenho escolar satisfatório, atenua expressivamente tais riscos. Esses achados ratificam modelos teóricos que compreendem os comportamentos aditivos como resultantes de interações dinâmicas entre múltiplos fatores, reforçando a necessidade de abordagens preventivas multidimensionais e integradas.

A articulação entre educação integral e prevenção de comportamentos aditivos fundamenta-se na compreensão de que a ampliação do tempo e das dimensões formativas cria oportunidades para o desenvolvimento de competências protetivas. Projetos de educação integral que incorporam atividades artísticas, esportivas, culturais e comunitárias favorecem a construção de identidades positivas, o fortalecimento de vínculos sociais e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Tais elementos configuram-se como fatores protetivos robustos, atenuando vulnerabilidades e promovendo trajetórias desenvolvimentais saudáveis. A literatura analisada sugere que escolas de tempo integral que implementam propostas pedagógicas intencionais, articuladas e participativas apresentam indicadores mais favoráveis de bem-estar estudantil e menores índices de comportamentos de risco.

Os desafios persistentes incluem a necessidade de institucionalização das práticas preventivas, superando lógicas de projetos temporários e fragmentados. A sustentabilidade das ações demanda investimento em formação continuada, fortalecimento de redes intersetoriais, adequação das condições de trabalho docente e valorização profissional. A intersetorialidade entre educação e saúde, embora

reconhecida como estratégia potente, enfrenta obstáculos relacionados à fragmentação administrativa, diferenças de culturas institucionais e insuficiência de recursos. A superação desses desafios requer compromisso político, investimento público e construção coletiva de projetos que reconheçam a complexidade do fenômeno e a necessidade de respostas integradas, contextualizadas e fundamentadas em evidências científicas robustas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a relação entre educação integral e prevenção de comportamentos aditivos no contexto escolar brasileiro, investigando possibilidades, limites e desafios dessa articulação. O objetivo consistiu em examinar como a ampliação do tempo e das dimensões formativas pode contribuir para a redução de vulnerabilidades associadas ao uso de substâncias psicoativas entre adolescentes.

Os resultados evidenciam que a educação integral, quando implementada com intencionalidade pedagógica e suporte institucional, configura-se como estratégia potente para o desenvolvimento de fatores protetivos. A ampliação da jornada escolar possibilita a diversificação de experiências formativas, o fortalecimento de vínculos afetivos e o desenvolvimento de competências socioemocionais que atenuam riscos relacionados ao uso abusivo de drogas.

A literatura analisada converge ao reconhecer que abordagens preventivas baseadas em evidências superam modelos tradicionais centrados exclusivamente em informação biomédica ou intimidação. Programas estruturados no desenvolvimento de habilidades de vida, participação ativa dos estudantes e integração curricular longitudinal apresentam resultados superiores e sustentáveis.

A intersetorialidade entre educação e saúde emerge como elemento central para a efetividade das ações preventivas. A articulação entre profissionais de diferentes setores potencializa recursos, favorece abordagens abrangentes e promove continuidade das intervenções. Contudo, obstáculos estruturais, culturais e administrativos dificultam a consolidação dessas parcerias.

A formação docente constitui desafio persistente que compromete a qualidade das práticas preventivas. Professores relatam insegurança, despreparo e ausência de suporte técnico para lidar com temáticas relacionadas ao uso de drogas e promoção da saúde. Currículos de licenciaturas negligenciam conteúdos dessa natureza, resultando em profissionais despreparados para enfrentar situações complexas do cotidiano escolar.

As condições de trabalho docente interferem diretamente na viabilidade de implementação de programas preventivos. Sobrecarga, precarização, intensificação de demandas burocráticas e fragilização de vínculos entre escola e comunidade configuram obstáculos que limitam a efetividade das intervenções educativas.

A distância entre conhecimento científico acumulado e práticas efetivamente adotadas nas escolas configura lacuna preocupante. Embora a literatura especializada aponte caminhos metodológicos fundamentados, a maioria das instituições escolares brasileiras ainda implementa ações pontuais, fragmentadas e desarticuladas do projeto pedagógico.

Os adolescentes reconhecem ambientes escolares acolhedores, respeitosos e participativos como fatores protetivos. Inversamente, contextos caracterizados por autoritarismo, violências simbólicas e distanciamento afetivo tendem a potencializar vulnerabilidades. Tais percepções reforçam a compreensão de que a qualidade das relações interpessoais exerce influência determinante sobre as escolhas comportamentais.

A educação integral, ao propor reorganização de tempos, espaços e práticas pedagógicas, cria condições favoráveis para o estabelecimento de vínculos mais significativos. Atividades artísticas, esportivas, culturais e comunitárias promovem pertencimento, autoestima e reconhecimento social, elementos centrais na prevenção ao uso abusivo de substâncias.

As limitações desta pesquisa incluem a restrição ao idioma português, que pode ter excluído contribuições internacionais relevantes, e o recorte temporal que priorizou produções recentes. A ausência de estudos empíricos que investiguem longitudinalmente os efeitos da educação integral sobre indicadores de uso de drogas constitui lacuna a ser preenchida por investigações futuras.

Sugere-se que pesquisas subsequentes desenvolvam estudos longitudinais que acompanhem trajetórias de estudantes inseridos em escolas de tempo integral, comparando indicadores de saúde, bem-estar e comportamentos de risco com aqueles de estudantes em regime de tempo parcial. Investigações que avaliem programas formativos destinados a docentes podem contribuir para a identificação de modelos efetivos de capacitação.

A articulação entre políticas de educação integral e políticas de prevenção ao uso de drogas demanda maior coordenação intersetorial, investimento público sustentado e compromisso político de longo prazo. A descontinuidade administrativa, característica do cenário político brasileiro, compromete a institucionalização de práticas preventivas e a consolidação de redes colaborativas.

A complexidade do fenômeno dos comportamentos aditivos exige respostas integradas que articulem família, escola, serviços de saúde e comunidade. Nenhum setor isoladamente detém recursos suficientes para enfrentar desafio dessa magnitude. A construção coletiva de projetos preventivos contextualizados, fundamentados em evidências e orientados pelo respeito aos direitos dos adolescentes constitui caminho promissor para a promoção de trajetórias desenvolvimentais saudáveis.

A educação integral representa possibilidade concreta de reconfiguração do papel social da escola, transcendendo a dimensão instrutiva para assumir responsabilidades formativas mais abrangentes. A prevenção de comportamentos aditivos insere-se nessa perspectiva ampliada, reconhecendo a indissociabilidade entre desenvolvimento cognitivo, socioemocional e ético. A

consolidação desse projeto demanda esforços coletivos, investimento público e compromisso político que reconheçam a educação como direito humano fundamental e a escola como espaço privilegiado para a construção de futuros possíveis.

REFERÊNCIAS

MOREIRA, A.; VÓVIO, C. L.; MICHELI, D. D. Prevenção ao consumo abusivo de drogas na escola: desafios e possibilidades para a atuação do educador. Educação e Pesquisa, v. 41, n. 1, p. 119-135, 2015. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v41n1/1517-9702-ep-41-1-119.pdf. Acesso em: 26 fev. 2026.

ARALDI, J. C.; NJAINE, K.; OLIVEIRA, M. C. Representações sociais de professores sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas na adolescência: repercussões nas ações de prevenção na escola. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 16, n. 40, p. 135-146, 2012. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/icse/v16n40/aop0112.pdf. Acesso em: 26 fev. 2026.

PEDROSO, R. T.; ABREU, S. Aprendizagens da intersetorialidade entre saúde e educação na prevenção do uso de álcool e outras drogas. Textura - Revista de Educação e Letras, v. 17, n. 33, p. 92-109, 2015. Disponível em: http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/download/1339/1064. Acesso em: 26 fev. 2026.

SILVA, M. C. A. O papel da escola nas ações preventivas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas por alunos do Ensino Fundamental I. SMAD - Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas, v. 12, n. 1, p. 30-39, 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/smad/v12n1/pt_05.pdf. Acesso em: 26 fev. 2026.

PEREIRA, A. P. D.; PAES, Â. T.; SANCHEZ, Z. M. Fatores associados à implantação de programas de prevenção ao uso de drogas nas escolas. Revista de Saúde Pública, v. 50, n. 44, 2016. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/rsp/2016.v50/44/pt/. Acesso em: 26 fev. 2026.

PERES, G. M.; GRIGOLO, T. M.; SCHNEIDER, D. R. Desafios da intersetorialidade na implementação de Programa de Prevenção ao Uso Abusivo de Drogas. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 37, n. 2, p. 869-882, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/km3Fk7kqj6pdVrbZSLXvNjC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 fev. 2026.

CAPELARIO, E. F. S.; SILVA, A. C. R.; SILVA, F. R. A. Relação do Programa Saúde na Escola (PSE) com a promoção da qualidade de vida e educação integral: Revisão integrativa de literatura. Research, Society and Development, v. 11, n. 14, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/38816/32043. Acesso em: 26 fev. 2026.

KNEVITZ, M. F.; BÉRIA, J. U.; SCHERMANN, L. B. Educação preventiva ao abuso de drogas em escolas públicas num município do Sul do Brasil. HOLOS, v. 4, p. 189-198, 2018. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/4896/pdf. Acesso em: 26 fev. 2026.

LOUREIRO, W.; QUEIROZ, P. P. Desafios da prevenção ao uso de álcool, tabaco e drogas ilícitas: um estudo de revisão. Cadernos de Educação Básica, v. 3, n. 2, 2018. Disponível em: https://portalespiral.cp2.g12.br/index.php/cadernos/article/download/2083/1406. Acesso em: 26 fev. 2026.

PAIVA, F. S.; RODRIGUES, M. C. Habilidades de vida: uma estratégia preventiva ao consumo de substâncias psicoativas no contexto educativo. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 8, n. 3, p. 672-684, 2008. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/download/10554/8283. Acesso em: 26 fev. 2026.

BATISTA, C. B.; VASCONCELOS, M. P. N. A educação permanente em redução de danos: experiência do Curso de Atenção Psicossocial em Álcool e outras Drogas. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 23, e180071, 2019. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/icse/2019.v23/e180071/pt. Acesso em: 26 fev. 2026.

CARDOSO, L. S.; SANTOS, M. V. F.; THOMAS, C. L. Fatores de risco e proteção para o consumo de drogas: conhecimento de estudantes de uma escola pública. Saúde em Debate, v. 37, n. esp. 1, p. 147-157, 2013. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/sdeb/2013.v37nspe1/147-157/pt/. Acesso em: 26 fev. 2026.

SOLDERA, M.; DALGALARRONDO, P. Uso de drogas psicotrópicas por estudantes: prevalência e fatores sociais associados. Revista de Saúde Pública, v. 38, n. 2, p. 277-283, 2004. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/rsp/2004.v38n2/277-283/pt. Acesso em: 26 fev. 2026.

PERES, G. M.; GRIGOLO, T. M.; SCHNEIDER, D. R. Percepções sobre um programa de prevenção ao uso de drogas nas escolas para o desenvolvimento de habilidades de vida. Saúde & Transformação Social, v. 6, n. 3, p. 93-105, 2015. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/2653/265345374011.pdf. Acesso em: 26 fev. 2026.

LOPES, J. Avaliação do processo de implementação de programa de prevenção escolar do uso de drogas na percepção dos professores participantes. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167905/340502.pdf?sequence=1. Acesso em: 26 fev. 2026.

ALBERTANI, H. M. B.; SODELLI, M. Drogas e educação: a escola (real) e a prevenção (possível). In: Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no contexto escolar. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maira-Ferreira-2/publication/281096429. Acesso em: 26 fev. 2026.

AMARAL, M. O. P.; SILVA, D. M.; COSTA, M. G. A. ProMenteSã: Formação de professores para promoção da saúde mental na escola. Acta Paulista de Enfermagem, v. 33, eAPE20190144, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/SLQXdykTTL94xmmsXGXNybF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 fev. 2026.

BARBOSA, V. N. M.; LAVOR FILHO, T. L. Revisão Sistemática: Prevenções ao Uso Abusivo de Drogas no Contexto Escolar Brasileiro. ID on line. Revista de Psicologia, v. 16, n. 59, p. 222-240, 2022. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/download/3490/5539. Acesso em: 26 fev. 2026.

RIBAS, A. L.; SOUZA, D. C.; SILVA, T. A.; LEMOS, S. M. Fatores de risco e proteção ao uso e abuso de álcool e outras drogas segundo adolescentes de uma escola de Manaus. Revista Educação em Saúde, v. 8, n. 1, p. 56-68, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/download/63993133/5620200722-36890-lp03yf.pdf. Acesso em: 26 fev. 2026.

ABRÃO, L. C.; DINIZ, R.; MIGLIORINI, S. R. O. Fatores de risco e de proteção psicossociais em relação ao uso e abuso de drogas na adolescência: uma revisão integrativa. Revista Foco, v. 18, n. 1, 2025. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/download/7928/5614. Acesso em: 26 fev. 2026.